

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS PÚBLICAS

Alécia Daniele da Silva Freire¹

Franceliza Monteiro da Silva Dantas²

RESUMO

A educação inclusiva em creches e pré-escolas públicas representa um avanço significativo na garantia dos direitos das crianças com deficiência e outras necessidades educacionais especiais. A convivência com a diversidade na escola contribui para a construção de relações sociais mais saudáveis e para a superação de preconceitos. No entanto, sua efetivação enfrenta diversos desafios, principalmente nesse contexto. Entre os principais obstáculos abordados neste artigo, destacam-se: a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, a carência de recursos pedagógicos e de infraestrutura adequada, a falta de apoio especializado contínuo na prática, bem como a ausência de políticas públicas eficazes e de um trabalho colaborativo entre escola, família e serviços de saúde. Além disso, ainda persiste uma cultura escolar que, muitas vezes, reproduz práticas excludentes e preconceituosas. A educação inclusiva não se limita à matrícula de alunos com deficiência na escola regular, mas envolve a criação de um ambiente acolhedor e a adaptação das práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os alunos. Para a superação desses desafios, torna-se imprescindível o investimento em infraestrutura, a promoção de campanhas de conscientização, a formação continuada de docentes e parcerias com o acompanhamento de profissionais como psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros especialistas para auxiliar no desenvolvimento dos alunos.

Palavras chaves: Educação Inclusiva. Creches e pré-escolas. Formação continuada. Políticas públicas. Necessidades educacionais especiais.

ABSTRACT

Inclusive education in public nurseries and pre-schools represents a significant step forward in ensuring the rights of children with disabilities and other special educational needs. Living with diversity at school contributes to building healthier social relationships and overcoming prejudice. However, its implementation faces a number of challenges, especially in nurseries and pre-schools. Among the main obstacles that will be discussed in this article are the initial and continuing training of education professionals, the lack of pedagogical resources and adequate infrastructure, as well as the lack of continuous specialized support in practice, in addition to the absence of effective public policies and collaborative work between school, family and health services. Furthermore, there is still a school culture that often reproduces exclusionary

¹ Aluna do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE/UFERSA, do Núcleo de Educação à Distância – NEaD/UFERSA.

² Professora do Núcleo de Educação à Distância – NEaD/UFERSA, Tutora do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE/UFERSA, Professora do PROFMAT/UFERSA.

and prejudiced practices. Inclusive education is not limited to enrolling students with disabilities in regular schools, but involves creating a welcoming environment and adapting teaching practices to meet the needs of all students. To overcome these challenges, it is essential to invest in infrastructure, promote awareness campaigns, offer continuing training to teachers, and partner with professionals such as psychologists, occupational therapists, and other specialists to help students' development.

Key words: Inclusive education. Nurseries and pre-schools. Continuing training. Public policies. Special educational needs.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é uma abordagem em evidência, marcada por lutas e conquistas. No entanto, são imensos os desafios a serem vencidos para que a inclusão de fato aconteça em creches e pré-escolas públicas. Estes incluem a falta de infraestrutura adequada, como rampas e banheiros adaptados, a insuficiência de recursos financeiros e materiais pedagógicos adaptados, a necessidade de formação continuada para os professores, a falta de apoio especializado e a persistência de preconceitos e barreiras atitudinais. Todos esses pontos serão analisados no decorrer deste artigo.

As políticas públicas enfatizam que a Educação Inclusiva é, de fato, um direito fundamental e um modelo educacional que visa garantir o direito à educação para todos os alunos, independentemente de suas diferenças ou necessidades específicas. Busca-se proporcionar a participação, aprendizagem e desenvolvimento pleno de cada estudante, adaptando o ambiente escolar e os métodos de ensino para atender às suas individualidades.

No Brasil, a legislação, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão - LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelece e reforça esse direito, promovendo a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, L. N°9394/96), que é a legislação brasileira que regulamenta o sistema educacional, define em seu artigo 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL. Lei N°9394/96, Art. 58).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão – LBI) constitui um conjunto de normas e princípios para a proteção e inclusão da pessoa com deficiência em diversas áreas da vida social, como educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, lazer, entre outras. Em seus Art. 27 diz:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Art.27).

E para reforçar esse direito temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI), lançada em 2008, este documento estabelece diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no sistema educacional brasileiro. Essa política propõe garantir o acesso, a participação e o aprendizado desses alunos em classes comuns do ensino regular, promovendo um ambiente educacional mais justo e equitativo.

Ambas legislações fortalecem a cultura inclusiva nas escolas, com foco na valorização da diversidade e no respeito às diferenças. É de suma importância e fundamental discutir a educação inclusiva na primeira infância (0 a 5 anos), especialmente em creches e pré-escolas públicas. Visto que a educação inclusiva na educação infantil visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou necessidades específicas, tenham acesso e participem plenamente de

ambientes educacionais inclusivos. Isso significa criar um espaço onde a diversidade seja celebrada e onde cada criança possa desenvolver seu potencial máximo.

Neste artigo, serão abordados os diferentes desafios encontrados na educação infantil da rede pública de ensino, como: a formação dos profissionais, a infraestrutura inadequada, o preconceito, o número insuficiente de profissionais de apoio, a carência de recursos pedagógicos adaptados, e as angústias e anseios dos professores de sala de aula comum e de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Como objetivo geral, pretendemos analisar os principais desafios enfrentados pelas creches e pré-escolas da rede pública de ensino na implementação da educação inclusiva. Na busca por atingir este objetivo, elencamos como específicos: investigar a formação inicial e continuada dos professores, bem como as condições de trabalho dos mesmos no contexto da inclusão; verificar a existência e eficácia de políticas públicas voltadas à inclusão na educação infantil e identificar as estratégias utilizadas pelas escolas e professores para lidar com as necessidades das crianças com deficiência; identificar as barreiras arquitetônicas; discutir o papel das políticas públicas e seu impacto na prática; e propor reflexões sobre possíveis caminhos para superar esses desafios.

A discussão deste artigo, que tem por tema *Desafios da educação inclusiva em creches e pré-escolas públicas*, é de suma importância, pois permite identificar as barreiras físicas, pedagógicas e sociais que impedem a plena participação ou o atendimento adequado de crianças com deficiência ou necessidades educacionais especiais na educação infantil, bem como desenvolver soluções e práticas para superá-las e garantir que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Serão abordados em cada seção do artigo os seguintes tópicos: Formação e Capacitação Docente: O Calcanhar de Aquiles da Inclusão na Primeira Infância, Formação Continuada: A Necessidade de Atualização e a Realidade da Rede Pública e Para Além do "Saber Fazer": O Desenvolvimento de Atitudes Inclusivas

A pesquisa apresentará abordagem qualitativa, utilizando bibliográfica e entrevistas com professores da rede pública de educação infantil. Serão analisadas a legislação vigente e os principais documentos oficiais sobre inclusão escolar.

2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE: O CALCANHAR DE AQUILES DA INCLUSÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

A lacuna na formação inicial e continuada de professores e auxiliares para lidar com as especificidades do desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras necessidades educacionais especiais é um problema pertinente, que impacta a qualidade da inclusão educacional. Essa lacuna se manifesta na falta de conhecimento ou até mesmo na busca dessas habilidades específicas para atender às diversas necessidades apresentadas por esses alunos, resultando em dificuldades para os professores e em um desenvolvimento de aprendizagem menos eficaz para os estudantes.

Em poucas palavras podemos dizer que a formação inicial não proporciona uma receita exata e com precisão para que o ensino aconteça. Ela oferece conhecimentos teóricos, porém a busca pelo aperfeiçoamento da prática acontece com as experiências e pela busca de outros saberes.

A formação inicial em pedagogia e em outras áreas afins, muitas vezes, não aborda de forma abrangente as especificidades da educação inclusiva, incluindo as particularidades do TEA e outras deficiências. Sua tendência é ser mais teórica do que prática, com pouca oportunidade para os futuros professores vivenciarem experiências reais com alunos com necessidades educacionais especiais e desenvolverem táticas pedagógicas eficazes. Na realidade, não prepara os professores para lidar com as grandes demandas de alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo as diferentes manifestações do TEA e outras condições.

Com o tempo, surgiram oportunidades de estágios remunerados para futuros professores, por meio de parcerias entre universidades e órgãos públicos. Nesses estágios, os professores em formação inicial atuam de forma mais básica, acompanhando e auxiliando crianças de 0 a 5 anos com necessidades especiais em sala de aula.

Essa experiência, no entanto, gera um impacto significativo. Por ainda não estarem totalmente preparados para lidar com as demandas complexas da sala de aula,

os estagiários, muitas vezes, não conseguem oferecer o auxílio esperado pela professora titular, o que pode comprometer a eficácia do suporte às crianças.

A formação inadequada de professores pode gerar um impacto expressivo tanto na prática pedagógica quanto no acolhimento em sala de aula. Essa falta de preparo pode levar a dificuldades no planejamento e na realização das aulas, bem como na rotina da sala e na atenção às necessidades individuais dos alunos, incluindo aqueles com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Além disso, a falta de habilidades para lidar com a diversidade em sala de aula pode impedir a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor.

3. FORMAÇÃO CONTINUADA: A NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO E A REALIDADE DA REDE PÚBLICA

A formação continuada na educação refere-se ao processo de desenvolvimento profissional dos educadores ao longo de suas carreiras, visando aprimorar seus conhecimentos, habilidades e práticas pedagógicas. É um processo que vai além da formação inicial, buscando manter os professores atualizados com as novas tecnologias, metodologias e demandas do contexto educacional.

Em “Pedagogia da Autonomia” (2004), Freire enfatiza a importância da reflexão crítica sobre a prática como elemento central na formação continuada de professores. Ele também aborda a necessidade de considerar a história de vida e a subjetividade dos docentes no processo de formação.

Sendo assim, a formação continuada para os professores da rede pública de ensino dará apoio teórico e prático para tal, contudo, vale lembrar que a mesma, apesar de fundamental, nem sempre é acessível a todos os professores e auxiliares, especialmente aqueles que atuam em escolas com menos recursos ou em regiões mais afastadas. Existe outra razão, como por exemplo, a falta de interesse em buscar mais conhecimento, mas não é o caso das professoras entrevistadas nesta pesquisa.

Por meio da metodologia utilizada nesta pesquisa, foram entrevistadas uma professora de sala de AEE e três professoras de sala comum de educação infantil da rede

pública de ensino. Foi observado que todas tiveram a disciplina específica em sua graduação, buscaram cursos de formação continuada e cursos de pós-graduação em educação especial e inclusão. Assim, a busca por conhecimentos na área de educação inclusiva vem aumentando, principalmente pela necessidade de buscar novas alternativas para as práticas educativas na Educação Infantil.

Na entrevista, buscamos entender como esses profissionais percebem a inclusão de crianças com necessidades especiais no ambiente escolar, quais as principais dificuldades encontradas no dia a dia e quais estratégias e recursos são utilizados para promover um ensino equitativo e acolhedor para todos. Além disso, investigamos as perspectivas dos professores sobre a formação continuada e o apoio institucional necessário para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva desde os primeiros anos.

Pergunta	Objetivo da pergunta	Resposta P1	Resposta P2	Resposta P3 AEE
1. Qual sua formação inicial e continuada (pós ou outros cursos)?	- Levantar informações sobre o percurso formativo do profissional da educação.	- “Sou formada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia clínica e institucional e Mestre em Educação.”	- “Sou formada em pedagogia, Especialista em Psicopedagogia clínica e institucional e Mestranda em ciências da Educação”.	- “Sou formada em pedagogia, Especialista em Atendimento Educacional Especializado – AEE.”
2. Qual a importância da formação continuada para os profissionais que já estão em atuação na rede	-Entender como a formação continuada contribui para capacitar os profissionais	- “É de suma importância: por meio da atualização constante, os educadores podem	- “É de suma importância a busca por conhecimentos específicos no tocante à educação na	- “Considero que um profissional da Educação deve sempre estar em processo de formação, uma

pública para lidar com as especificidades do desenvolvimento da aprendizagem de crianças com (TEA) e outras necessidades educacionais especiais?	da educação pública a lidar com os desafios da inclusão escolar, especialmente no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras Necessidades Educacionais Especiais (NEEs)	compreender melhor as especificidades do desenvolvimento da aprendizagem de cada criança, adotar estratégias pedagógicas adequadas, promover a acessibilidade e fortalecer o trabalho colaborativo com a família e demais profissionais que também os acompanham. E, tudo isso contribui para a construção de uma escola mais justa, equitativa e respeitosa com a diversidade.”	perspectiva da educação inclusiva para que se possa atender às especificidades de cada aluno. A formação continuada dará suporte teórico e prático.”	vez que a prática demanda conhecimento diverso, pois todos os dias no chão da escola estamos enfrentando dificuldades com alunos que têm necessidade educacional e cada um diferente do outro.”
3. Você já participou de formações, cursos ou	- Mapear o nível de formação e preparo dos	- “Já participei de formações ofertadas pela Secretaria	- “Sim, em cursos a distância em atendimento	- “No momento, estou realizando as

capacitações sobre TEA, TOD ou TDAH? Possui alguma formação específica sobre esses ou outros transtornos?	profissionais da educação em relação aos transtornos, especialmente TEA (Transtorno do Espectro Autista), TOD (Transtorno Opositivo-Desafiador) e TDAH- Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).	Municipal de Educação de Mossoró e por entidades que lutam por essa causa.”	educacional especializado (AEE), curso de atendimento a crianças com autismo, tecnologias assistivas e participação em palestras e seminários.”	inscrições para participar, pois a maioria desses cursos são pagos, mas fico assistindo vídeo no YouTube, compro livros que falem sobre o assunto.”
4.Quais são os desafios da educação inclusiva em creches e pré-escolas públicas que você considera mais pertinentes?	* Identificar os principais desafios enfrentados na implementação da educação inclusiva em creches e pré-escolas públicas, segundo a percepção dos profissionais da educação	- “A falta de tempo para a formação continuada, pois devido a tantas exigências por parte da Secretaria de Educação, o professor acaba ficando com sobrecarga e acúmulo de tarefas. -Ausência de	- “A falta de conhecimento e a falta de tempo dos professores que, muitas vezes, têm carga dupla de trabalho, tornando-se exaustivo impedindo o professor de conciliar a	- “As salas superlotadas com cinco ou mais autistas, muitas vezes sem auxiliar e formação adequada para lidar com as situações”

		profissionais de apoio, pois muitos estagiários chegam sem formação alguma e nem demonstram interesse em aprender; A equipe do AEE, quando existe, não há troca com o professor da sala de referência; -A falta de recursos e infraestrutura inadequada, muitas instituições não possuem acessibilidade alguma, nem recursos pedagógicos acessíveis. -Turmas superlotadas e apenas um professor para atender às	demanda de formação necessária a atender as necessidades em sua prática.”	
--	--	--	--	--

		demandas;”		
5. Você consegue elaborar atividades para seus alunos com necessidades específicas?	*Verificar se o(a) profissional da educação possui conhecimento, preparo e segurança para planejar e adaptar atividades pedagógicas voltadas para alunos com necessidades educacionais específicas.	- “Na etapa da Educação Infantil, devemos trabalhar com vivências, experiências, descobertas. As atividades impressas, não dão conta dessas experiências vividas e sentidas pelas crianças. Porém, sempre fazemos adaptações nas brincadeiras e as atividades de registro a criança faz de acordo com o seu modo, algumas vezes utilizando outros materiais, como o registro na areia, no quadro, etc.”	- “Na medida do possível, visto que muitas vezes na sala há duas ou mais crianças NEE e os auxiliares não têm essa experiência, pois a formação exigida para atuar como auxiliar é apenas nível médio; a sobrecarga do professor limita muito essa prática.”	- “Eu tento, mas todos os dias fico refletindo se essas atividades estão realmente contribuindo para o desenvolvimento desses alunos. Trabalhar no AEE não é fácil existem desafios, pois estamos lidando com alunos que precisam da nossa contribuição para sua formação e isso demanda muito estudo e tempo.”
6. Você tem dúvidas sobre como agir em situações específicas com	*Investigar se os profissionais da educação se sentem inseguros ou	- “Sim, existem momentos em que a formação não dá conta, o desespero	- “Sim o professor é um profissional em constante formação, não	- “Sim, principalmente quando está em crise.”

alunos com necessidades específicas?	despreparados para lidar com situações do cotidiano escolar envolvendo alunos com necessidades específicas.	aparece, mas com o pé no chão recomeçamos. Este ano estou com uma criança com TEA nível III de suporte que é não verbal; tanto eu quanto a estagiária, temos dificuldades em entender o motivo do choro. Em algumas vezes esse choro vem acompanhado de mordidas e de alguns comportamentos adversos como jogar os brinquedos e arremessar objetos.”	dominando todos os conhecimentos, precisamos estar em busca de parcerias e formação para agir de acordo com cada situação.”	
7. Que sugestões você daria para melhorar o ensino e a inclusão de alunos com TEA, ou outra necessidade	*Identificar estratégias e boas práticas que os profissionais da educação consideram eficazes para	- “Investir na formação continuada dos professores; garantir apoio especializado; adaptar os ambientes/espço	- “Parcerias com outros profissionais nas formações, pois nessa caminhada o professor está, de fato muito	- “Formação com profissionais com experiências nessas vivências no espaço

específica em sua escola?	melhorar o ensino e promover a inclusão de alunos com necessidades específicas.	s e os recursos pedagógicos; envolver a família e toda a equipe pedagógica da escola no processo educativo.”	solitário e há um discurso de que o aluno é da escola, mas na verdade quem está lidando todos os dias com vários desafios é somente o professor.”	educacional, e que a família também esteja mais envolvida e interessada nas necessidades de sua criança.”
---------------------------	---	--	---	---

De acordo com a pesquisa, podemos refletir sobre as respostas obtidas em cada pergunta, compreendendo os objetivos de ambas e se, de fato, as respostas foram satisfatórias e atenderam às expectativas para este artigo.

Pergunta 1: Qual sua formação inicial e continuada (pós ou outros cursos)?

O objetivo desta pergunta foi levantar informações sobre o percurso formativo do profissional da educação, visto que as professoras entrevistadas são graduadas e buscaram se capacitar por meio de vários modelos de formação continuada, por exemplo: Pós-Graduação, Mestrados, e outros cursos de formação ofertados pela rede de ensino, pela instituição de ensino, em suas horas de regências extras e também busca própria, em plataformas.

Pergunta 2: Qual a importância da formação continuada para os profissionais que já estão em atuação na rede pública para lidar com as especificidades do desenvolvimento e da aprendizagem de crianças com (TEA) e outras necessidades educacionais especiais?

Esta pergunta teve a intenção de entender como a formação continuada contribui para capacitar os profissionais da educação pública a lidar com os desafios da inclusão escolar, especialmente no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras Necessidades Educacionais Especiais (NEEs). As professoras foram unânimes em suas respostas, considerando a formação continuada de suma importância para o crescimento profissional.

Pergunta 3: Você já participou de formações, cursos ou capacitações sobre TEA, TOD ou TDAH? Possui alguma formação específica sobre esses ou outros transtornos?

A pergunta visa mapear o nível de formação e preparo dos profissionais da educação em relação aos transtornos, especialmente TEA (Transtorno do Espectro Autista), TOD (Transtorno Opositivo-Desafiador) e TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade). As professoras são bem capacitadas e possuem interesse constante em adquirir conhecimentos que as ajudem a lidar com os desafios da educação inclusiva. No que se refere à formação continuada, ambas já possuem Pós-Graduação em AEE (Atendimento Educacional Especializado) e buscam cursos que deem suporte para suas práticas.

Pergunta 4: Quais são os desafios da educação inclusiva em creches e pré-escolas públicas que você considera mais pertinentes?

Essa pergunta poderia ser considerada a mais esperada, com a finalidade de identificar os principais desafios enfrentados na implementação da educação inclusiva em creches e pré-escolas públicas, segundo a percepção dos profissionais da educação. Notoriamente, as respostas foram pertinentes. A professora 1 chamou minha atenção com suas pontuações em sua resposta:

- “A falta de tempo para a formação continuada, pois devido a tantas exigências por parte da Secretaria de Educação, o professor acaba ficando com sobrecarga e acúmulo de tarefas

-Ausência de profissionais de apoio, pois muitos estagiários chegam sem formação alguma e nem demonstram interesse em aprender; A equipe do AEE, quando existe, não há troca com o professor da sala de referência;

-A falta de recursos e infraestrutura inadequada, muitas instituições não possuem acessibilidade alguma, nem recursos pedagógicos acessíveis.

-Turmas superlotadas e apenas um professor para atender às demandas;”

São pontos pertinentes que nos esclarecem dúvidas ou questionamentos sobre o não acontecimento da educação inclusiva na íntegra, apontando as falhas e o princípio dos desafios, muitas vezes frustrantes

Pergunta 5: Você consegue elaborar atividades para seus alunos com necessidades específicas?

Outro ponto que nos permite verificar se o(a) profissional da educação possui conhecimento, preparo e segurança para planejar e adaptar atividades pedagógicas voltadas para alunos com necessidades educacionais específicas. As respostas foram compreensíveis, baseadas em seus conhecimentos e práticas diárias.

Professora 1: “Na etapa da Educação Infantil, devemos trabalhar com vivências, experiências, descobertas. As atividades impressas, não dão conta dessas experiências vividas e sentidas pelas crianças. Porém, sempre fazemos adaptações nas brincadeiras e as atividades de registro a criança faz de acordo com o seu modo, algumas vezes utilizando outros materiais, como o registro na areia, no quadro, etc.”

Já o relato da professora 2 e da professora 3, que atua na sala do AEE, relataram o seguinte:

Professora 2: “Na medida do possível, visto que muitas vezes na sala há duas ou mais crianças NEE e os auxiliares não têm essa experiência, pois a formação exigida para atuar como auxiliar é apenas nível médio; a sobrecarga do professor limita muito essa prática.”

Professora 3: “Eu tento, mas todos os dias fico refletindo se essas atividades estão realmente contribuindo para o desenvolvimento desses alunos. Trabalhar no AEE não é fácil existem desafios, pois estamos lidando com alunos que precisam da nossa contribuição para sua formação e isso demanda muito estudo e tempo.”

Ao analisar as respostas, fica evidente que a causa maior é a sobrecarga das jornadas de trabalho e a falta de experiência das auxiliares. No entanto, a sutileza da professora 1 permite olhar para esse atendimento com outros olhos, partindo do princípio do reconhecimento e identificação das necessidades e habilidades dos alunos atípicos, permitindo a eles participar de vivências com atividades adaptadas, que não se limitem a uma folha ou um material de alto custo.

Pergunta 6: Você tem dúvida sobre como agir em situações específicas com alunos com necessidades específicas?

Com a intenção de investigar se os profissionais da educação se sentem inseguros ou despreparados para lidar com situações do cotidiano escolar envolvendo alunos com necessidades específicas.

Sim, em algumas situações, as professoras relataram que ainda tem dúvidas sobre como agir com alunos que apresentam necessidades específicas. Apesar de buscarem constantemente informações e estratégias inclusivas, cada aluno possui particularidades que exigem abordagens diferenciadas e individualizadas. Sentem a necessidade de formações mais práticas e contextualizadas que as orientem sobre como adaptar atividades, lidar com comportamentos específicos e promover um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Pergunta 7: Que sugestões você daria para melhorar o ensino e a inclusão de alunos com TEA, ou outra necessidade específica em sua escola?

Seu objetivo foi identificar estratégias e boas práticas que os profissionais da educação consideram eficazes para melhorar o ensino e promover a inclusão de alunos com necessidades específicas.

As respostas das três professoras foram bem sugestivas, no tocante à realização de formações continuadas, práticas e voltadas à realidade das creches e pré-escolas. Priorizaram também a importância de contar com o apoio de uma equipe multiprofissional (como psicopedagogos, fonoaudiólogos e psicólogos), além da sensibilização de toda a comunidade escolar. Vale lembrar que a adaptação do currículo e dos materiais didáticos conforme as necessidades dos alunos são de grande valia e indispensável.

3.1 Barreiras para a participação de formação continuada

Vale salientar que a falta de conhecimento dificulta a adaptação do currículo escolar para atender às necessidades singulares dos alunos com deficiência, TEA e outras demandas. Isso gera, por exemplo, desafios na comunicação e interação, onde professores e auxiliares podem encarar dificuldades em se comunicar e interagir com

alunos que apresentam dificuldades de comunicação ou situações de autorregulação, levando a frustrações ou ao isolamento dos mesmos.

Também pode causar barreiras na inclusão, ou seja, levar à exclusão e marginalização de alunos com necessidades educacionais especiais, impedindo sua plena participação na vida escolar e social. Estar apenas em sala de aula não significa que a criança está interagindo e socializando, quando, de fato, isso não está acontecendo. São muitas as barreiras que impedem a formação continuada dos profissionais da educação; uma delas é a falta de tempo, pois a sobrecarga de trabalho e as responsabilidades diárias, muitas vezes, deixam o tempo limitado, impossibilitando os professores de participarem de cursos e atividades de formação.

Podemos, assim, acrescentar também que a ausência de conteúdos práticos e sistemáticos dificulta a compreensão nas formações, impedindo que as tornem prazerosas e eficazes para as práticas pedagógicas diárias para alunos com deficiências. É relevante falar sobre abordagens e palestras de multiprofissionais na capacitação, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, e essa foi uma das angústias relatadas em uma das respostas de uma professora, que mencionou uma sugestão.

Professora 2: “Parcerias com outros profissionais nas formações, pois nessa caminhada o professor está, de fato, muito solitário. Há um discurso de que o aluno é da escola, mas, na verdade, quem está lidando todos os dias com vários desafios é somente o professor.”

No entanto, é essencial que a formação continuada esteja alinhada com a realidade da sala de aula e que os professores tenham oportunidades de aplicar o conhecimento adquirido em situações práticas.

3.2 Para Além do "Saber Fazer": O Desenvolvimento de Atitudes Inclusivas

No contexto da educação inclusiva, busca-se diariamente compreender que a formação de professores não pode se limitar apenas ao desenvolvimento de competências técnicas e pedagógicas. O “saber fazer”, isto é, conhecer estratégias

metodológicas para lidar com a diversidade é apenas uma das dimensões do trabalho docente. Para que a inclusão se efetive de forma ética e transformadora, é preciso ir além, é necessário construir atitudes inclusivas.

Essas atitudes envolvem o reconhecimento do outro em sua singularidade, o compromisso com a equidade, a escuta sensível, o respeito às diferenças e a disposição constante para a aprendizagem contínua. Trata-se de cultivar um olhar pedagógico que valorize a diversidade como um fator de enriquecimento coletivo e não como um obstáculo.

Promover atitudes inclusivas implica também encarar preconceitos, desconstruir visões capacitistas e promover uma cultura escolar acolhedora. Buscando diariamente entender as necessidades dos alunos atípicos em sala de aula e elaborar estratégias de acordo com as particularidades dos alunos, mesmo que não alcancem os objetivos esperados. Mais do que aplicar estratégias prontas, o educador inclusivo precisa refletir criticamente sobre sua prática, seus valores e seu papel na construção de uma escola democrática.

Como destaca o autor Mantoan:

A educação inclusiva é uma proposta que busca transformar o sistema educacional para que ele atenda a todos os alunos, independentemente de suas características pessoais, sociais ou culturais (MANTOAN, 2003, p. 25).

Nesse sentido, a formação continuada deve articular o saber técnico com o desenvolvimento de sensibilidades e compromissos que sustentem práticas verdadeiramente inclusivas.

Conhecimentos técnicos na educação compreendem uma junção de saberes práticos e teóricos que permitem aos profissionais da área desempenhar suas funções com eficácia. Esses conhecimentos são cruciais para a elaboração de projetos pedagógicos, a condução de aulas, a avaliação do aprendizado e a gestão de ambientes escolares.

Mais do que apenas adquirir conhecimentos técnicos, a formação deve promover uma mudança de mentalidade, impulsionando a empatia, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade, para que os educadores se tornem agentes de transformação social.

Rossana Ramos, em seu livro 'Inclusão na Prática', no capítulo 3, 'Fundamentos históricos e filosóficos', é discutida a cronologia do atendimento oferecido às pessoas com deficiência. Para isso, Ramos (2016) pontua que:

Vivendo em uma sociedade de resultados, podemos dizer que a deficiência é exatamente o que não se quer, porque não combina com as leis biológicas, sociais, políticas, econômicas e religiosas (RAMOS, 2016, p. 25).

Isto é, as diferenças, de qualquer natureza, sempre estiveram associadas a algo vergonhoso e que precisava ser escondido. Entretanto, a sociedade foi evoluindo e percebendo que essas questões não poderiam mais ser camufladas, mas reveladas e destacadas. A partir das diferenças que valores como respeito e empatia podem ser compreendidos.

3.3 O desenvolvimento da empatia e da capacidade de acolhimento em educadores

O desenvolvimento da empatia e da capacidade de acolhimento em educadores é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem positivo e eficaz. Educadores empáticos e acolhedores são capazes de compreender as necessidades emocionais dos alunos, estabelecendo relações de confiança e promovendo um ambiente de respeito e inclusão.

A empatia se refere à capacidade de se colocar no lugar do outro, compreender seus sentimentos e perspectivas. Já o acolhimento é a prática de receber, aceitar e oferecer suporte emocional aos alunos, criando um ambiente seguro e de confiança. Dar importância ao aprendizado é estabelecer uma relação professor-aluno, onde a empatia fortalece essa relação, facilitando a comunicação e o aprendizado. Oferecer um ambiente escolar positivo é quando os educadores empáticos contribuem para a

construção de um ambiente escolar mais construtivo, onde os alunos se sentem seguros para expressar suas emoções e opiniões.

O desenvolvimento de habilidades socioemocionais nos alunos, como a inteligência emocional, a autorregulação e a capacidade de resolução de conflitos, pode ajudar a prevenir e combater o bullying e a violência na escola, promovendo um ambiente mais seguro e respeitoso.

E como desenvolver a empatia e o acolhimento? Dedicar tempo para ouvir os alunos, demonstrando interesse genuíno por suas histórias e perspectivas; criar um ambiente onde os alunos se sintam seguros para expressar suas emoções e opiniões; refletir sobre suas próprias emoções e experiências para melhor compreender os sentimentos dos alunos; compartilhar histórias e exemplos que ilustrem a importância da empatia e do acolhimento; encorajar os alunos a refletirem sobre suas próprias emoções e como elas afetam seu aprendizado e suas relações; e também respeitar as diferenças individuais e promover a inclusão, criando um ambiente onde todos se sintam acolhidos.

Como diz Mantoan (2003, p. 25): “Incluir é um ato de acolhimento das diferenças humanas, é colocar-se no lugar do outro com empatia e compromisso com sua aprendizagem”.

Ao desenvolver a empatia e a capacidade de acolhimento, os educadores podem transformar a experiência de aprendizado dos alunos, tornando-a mais significativa, prazerosa e eficaz.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o que já foi discutido e investigado neste artigo, vale salientar que a educação inclusiva na educação infantil é um direito de todos os alunos e um avanço importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tornando fundamental que as instituições de ensino, os docentes e a comunidade como um todo se

conscientizem sobre a importância da inclusão e se engajem na busca por soluções para os desafios existentes.

A formação continuada de professores, a garantia de recursos adequados e a criação de ambientes escolares acolhedores e acessíveis são passos essenciais para que a educação inclusiva se torne, de fato, uma realidade. No entanto, sua efetivação ainda enfrenta inúmeros desafios. Entre os principais, estão a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, visto que, apesar de as professoras entrevistadas terem apresentado um longo percurso e busca em suas formações na educação inclusiva, sabemos que existe uma lacuna na vida acadêmica de muitos professores, ou até mesmo a falta de interesse em buscar soluções e o aprimoramento pedagógico que atenda às necessidades específicas de alunos com deficiência.

A escassez de recursos pedagógicos e de acessibilidade na rede pública também é um desafio a ser vencido diariamente, além da ausência de apoio especializado constante. Apesar das políticas públicas que defendem a inclusão, muitas instituições ainda não estão plenamente preparadas para atender à diversidade presente nas salas de aula, o que compromete o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento pleno dessas crianças.

É fundamental fortalecer o compromisso da gestão pública com investimentos em formação, infraestrutura e acompanhamento multiprofissional. Somente por meio de uma ação conjunta entre escola, família, comunidade e poder público será possível construir ambientes educativos mais inclusivos, acolhedores e equitativos, garantindo a todas as crianças o direito de aprender, conviver e se desenvolver em sua plenitude desde a primeira infância.

Vale parar para refletir sobre não depositar essas expectativas somente no professor, pois sem essa ação conjunta torna-se impossível que a educação inclusiva aconteça em creches e pré-escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a Educação Inclusiva**. 3ª ed. São Paulo: Summus, 2016